

ATA DA 373ª SESSÃO
DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO DA JUNTA DE RECURSOS
ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

Data: 01 de outubro 2024	Local: Plenário da JURAT	Horário: 08h30.
Reunião nº 39/2024		
Presentes: Cristiano de Oliveira Schappo, Priscila Zanghelini Gesser, Osni Sidnei Munhoz, Simone Haritsch e Dra Francieli Cristini Schulz.		
Presidiu os trabalhos o Presidente das Câmaras de Julgamento (em exercício) o Sr. Maico Bettoni e Secretariou a Sra. Cláudia Miranda Daufenbach.		
Pauta: 1 - Aprovação da Ata da Sessão Anterior, 2 - Julgamento de Processos, 3 - Aprovação de Acórdãos.		
Deliberações:		
<p>1 - Aprovação da Ata da Sessão Anterior: Ata 36/2024. Aprovada sem mais observações. 2 - Julgamento de Processos. Processo SEI nº 22.0.147894-0, em que é reclamante Luiz Carlos de Carvalho, sendo relator(a) Cristiano de Oliveira Schappo. Assunto: Revisão de IPTU de 2022. O relator fez a leitura do relatório. Passada a palavra a Defensora da Fazenda Pública, Dra. Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se pelo conhecimento da reclamação e parcial provimento para retornar à Unidade Competente com o objetivo de que seja analisado a solicitação do contribuinte (visita <i>in loco</i>) e para fazer inspeção dos documentos comprobatórios. O relator fez a leitura do seu voto no sentido de conhecer da reclamação e dar-lhe parcial provimento para que os autos sejam devolvidos ao Setor competente para a devida análise do requerimento do contribuinte, e posterior encaminhamento à Unidade Fazendária. Não havendo prejuízo à Fazenda Pública Municipal, dispensa-se a remessa de ofício. Compareceram à sessão o Sr. Luiz Carlos de Carvalho e sua esposa Sra. Yin Ni Chi. Manifestou-se que, embora as unidades tenham cadastro municipal como "comércio e serviço" estas "nunca chegaram a ser utilizadas desta forma" e foram utilizadas durante algum tempo como apartamentos residenciais. Informa que o imóvel encontra-se em reforma "para se transformar em uma única unidade, moradia unifamiliar". Disse que o imóvel nunca foi utilizado com o fim comercial. Após o contribuinte, Dra Francieli Cristini Schulz manteve seu parecer. A julgadora Priscila Zanguelini Gesser acompanhou o relator e acrescentou fundamentos do artigo 18, § 2º da LC 389/2013. Na falta de projeto construtivo aprovado, quando um imóvel com finalidade não residencial deixar de ser utilizado, será mantido o uso conforme classificação do último usuário. O julgador Osni Sidnei Munhoz acompanhou o voto do relator e acrescidos dos fundamentos da julgadora Priscila. A julgadora Simone Haritsch acompanhou e acrescentou o § 5º do art. 18 da Lei 389, em especial a verificação <i>in loco</i>.</p> <p>Decisão: Acordaram os membros da 1ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade dos votos, pelo conhecimento da reclamação, e no mérito, dar-lhe parcial provimento para que os autos retornem à Unidade Competente para análise dos demais documentos comprobatórios. Processo nº 2154/2023 protocolo nº 11518/2021 e SEI 24.0.047770-6, em que é reclamante Simone Terezinha Vick da Silva,</p>		

ATA DA 373ª SESSÃO
DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO DA JUNTA DE RECURSOS
ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

sendo relator(a) Priscila Zanghelini Gesser. Assunto: Impugnação da Notificação de Tributos nº21/2021. A relatora fez a leitura do relatório. Passada a palavra a Defensora da Fazenda Pública, Dra. Francieli Cristini Schulz, que se manifestou pelo conhecimento e provimento da reclamação para que seja cancelada a notificação de tributos nos termos do voto da relatora. A relatora fez a leitura do seu voto no sentido de superar a preliminar de intempestividade, acerca da juntada dos documentos adicionais, e no mérito, pelo conhecimento e provimento da reclamação, para que seja cancelada a Notificação de Tributos n 21/2021, por reconhecer que a área que integra a Notificação de Tributos n 21/2021 foi devolvida à União. A representante da Contribuinte Dra. Caroline Dagostin compareceu à sessão e fez a manifestação parabenizando esta Municipalidade por rever o lançamento da notificação. Após a contribuinte, a Dra Francieli manteve seu parecer. **Decisão:** Acordaram os membros da 1ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade dos votos, pelo conhecimento da reclamação, e no mérito, dar-lhe provimento para cancelar a Notificação de Tributos n 21/2021. **Processos SEI nº 22.0.238095-1, 22.0.418599-4, 23.0.189181-4 e 24.0.102187-0**, em que é reclamante Cavar Administração, Participações e Empreendimentos Ltda, sendo relator(a) Osni Sidnei Munhoz. **Assunto:** Notificação de Tributos SEI Nº 0013721259/2022 e Revisão do IPTU dos Exercícios de 2022/2023 e 2024. O relator fez a leitura do relatório. Passada a palavra a Defensora da Fazenda Pública, Dra. Francieli Cristini Schulz, que se manifestou quanto à preliminar de apensamento, pelo deferimento, quanto à decadência, aplica-se a Lei nº 5172 do CTN, art. 173, inciso I. Quanto à área de APP, não cumpre o requisito por não estar averbado em matrícula. Na revisão foi visto erro no cadastro do imóvel. O erro está evidente, conhecimento e provimento parcial nos termos do relatório complementar, para que volte à unidade competente para que revise o cálculo da Notificação, nos termos do relatório complementar. O relator Osni Sidnei Munhoz fez leitura de seu voto acolhendo a preliminar de apensamento dos processos em razão da matéria discutida nos demais PTAC's englobar integralmente as mesmas matérias. Acolheu, também, a preliminar de erro de cálculo, considerando que a própria autoridade fiscal reconheceu o equívoco quando da emissão do Relatório Fiscal Complementar e procedeu ao recálculo do imposto. Já com relação a preliminar de prescrição, foi por seu desprovimento por não se tratar de aplicação do instituto da prescrição do art. 174 do CTN, mas sim da decadência, a qual é regida no caso pela hipótese do inciso I, do art.




ATA DA 373ª SESSÃO
DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO DA JUNTA DE RECURSOS
ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT


173 do CTN, que prevê o prazo de 05 (cinco) anos após o primeiro dia do exercício seguinte aquele em que o lançamento poderia ser efetuado para a constituição do crédito tributário. O Sr. Carlos Alberto Porto Virmond e a Dra Edelaine Hillesheim compareceram à sessão, com relação as preliminares, abstiveram-se. Após a contribuinte, Dra Francieli Cristini Schulz manteve seu parecer nesse ponto. Na sequência do julgamento, os demais julgadores acompanharam integralmente o voto Relator com relação as preliminares. Superada a fase preliminar, adentrou-se ao mérito. Nesse sentido o Relator manifestou seu voto da seguinte forma: 1. Provimento da Reclamação PTAC SEI nº22.0.418599-4, para o cancelamento da Notificação de Tributos SEI nº 0013721259/2022; 2. Provimento da Reclamação PTAC SEI nº22.0.238095-1, para o cancelamento do lançamento complementar do IPTU do exercício de 2022; 3. Desprovimento das Reclamações PTAC's SEI nº 23.0.189181-4 e 24.0.102187-0, mantendo-se os lançamentos complementares do IPTU dos exercícios de 2023 e 2024. Após a leitura de voto do Relator em relação ao mérito, foi passada a palavra ao Sr. Carlos Alberto Porto Virmond e a Dra Edelaine Hillesheim e esta, por sua vez, alegou que o imóvel em questão é passível de inundações, a rua é de péssimas condições. Na revisão realizada, foi alterada a pedologia e topografia erroneamente. O imóvel é cortado por dois córregos e sofre várias inundações, sendo possível constatar pelo documento do topógrafo. A contribuinte tem esse imóvel há 35 anos e manteve sem alterações. O imóvel é alagável e brejoso, sua topografia é irregular. Após a contribuinte, Dra Francieli Cristini Schulz alegou que, embora existe uma aclividade, não atinge 45% e está fora da mancha de inundação; então manifestou-se pela manutenção dos lançamentos. Passados aos votos, a julgadora Priscila Zanghelini Gesser acompanha o relator com relação ao IPTU 2023 e 2024, porém votou com divergência sobre o IPTU 2022, devendo ser mantido, por ser erro de fato e não de direito. O cadastro técnico apontou erroneamente topografia e pedologia. O julgador Cristiano de Oliveira Schappo acompanhou integralmente o relator, entendendo que é erro de direito por ser um cadastro antigo. A julgadora Simone Harisch manifestou seu voto acordando com o relator com relação ao IPTU 2023 e 2024; e pela divergência quanto ao IPTU 2022. Havendo empate, o Presidente apresentou voto de desempate pelo desprovimento das reclamações, acompanhando o voto divergente da Julgadora Priscila. **Decisão:** Acordaram os membros da 1ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade dos votos, pelo conhecimento da reclamação, e desprovimento quanto às preliminares, e no mérito, por maioria de votos (3x2) com voto de desempate da presidência, negar-lhe provimento, nos termos da fundamentação do voto divergente da julgadora Priscila Zanghelini Gesser. **Processo SEI nº 24.0.178202-2**, em que é reclamante Sociedade Floresta de Joinville, sendo

ATA DA 373ª SESSÃO
DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO DA JUNTA DE RECURSOS
ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

relator(a) Priscila Zanghelini Gesser. **Assunto:** Isenção de IPTU de 2024. A relatora fez a leitura do relatório. Passada a palavra a Defensora da Fazenda Pública, Dra. Francieli Cristini Schulz, que se manifestou pelo conhecimento da reclamação e desprovemento por não atender os requisitos da lei isentiva. A relatora fez a leitura do seu voto, no sentido de conhecer da reclamação, e quanto ao mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão fiscal em virtude do não atendimento dos requisitos cumulativos do art. 2º da LCM nº 172/04. Os julgadores Cristiano de Oliveira Schappo, Simone Harisch e Osni Sidnei Munhoz acompanharam o voto da relatora. **Decisão:** Acordaram os membros da 1ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade dos votos, pelo conhecimento da reclamação, e no mérito, negar-lhe provimento para manter o lançamento do IPTU 2024. **Aprovação de Acórdão - Acórdão 138/2024 - Processo SEI nº 22.0.147894-0**, em que é reclamante Luiz Carlos de Carvalho, sendo relator(a) Cristiano de Oliveira Schappo. **Assunto:** Revisão de IPTU de 2022. **Acórdão 139/2024 - Processo nº 2154/2022 protocolo nº 11518/2021 e SEI 24.0.047770-6**, em que é reclamante Simone Terezinha Vick da Silva, sendo relator(a) Priscila Zanghelini Gesser. **Assunto:** Impugnação da Notificação de Tributos nº 21/2021. **Acórdão 140/2024 - Processo SEI nº 24.0.178202-2**, em que é reclamante Sociedade Floresta de Joinville, sendo relator(a) Priscila Zanghelini Gesser. **Assunto:** Isenção de IPTU de 2024. **Acórdão 121/2024 - Processo Jurat 2007/2021**, protocolo sob nº1992/2021, em que é reclamante Espólio de Cléa Teresinha da Conceição (Hercílio da Conceição Filho), sendo relator(a) Osni Sidnei Munhoz. **Assunto:** Impugnação das Notificações de Tributos nº 149 e 150/2020. (Retorno de diligência). (SEI 24.0.230796-4). **Acórdão 122/2024 - Processo SEI nº 24.0.029457-1**, em que é reclamante Veralba Bueno, sendo relator(a) Priscila Zanghelini Gesser. **Assunto:** Restituição/Compensação de IPTU/2024. Nada mais havendo a tratar eu, Cláudia Miranda Daufenbach lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada por mim, pelo Presidente das Câmaras, Sr. Maico Bettoni, e demais presentes.

Joinville, 01 de outubro de 2024.


Maico Bettoni
Presidente das Câmaras de Julgamento
(em exercício)


Cláudia Miranda Daufenbach
Secretária

ATA DA 373ª SESSÃO
DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO DA JUNTA DE RECURSOS
ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

Cristiano de Oliveira Schappo

Francieli Cristini Schultz

Priscila Zanghelini Gesser

Osni Sidnei Munhoz

Simone Harisch